Diário Oficial



Município de Monte Azul Paulista

Quinta-feira, 22 de outubro de 2020 Ano VIII | Edição 610

MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA

PODER EXECUTIVO	**3**
Atos Oficiais	**3**
Leis	**3**
Decretos	**7**

Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.
Publicação Oficial do Município de Monte Azul Paulista, conforme Lei Municipal 2.051, de 23 de março de 2016
Município de Monte Azul Paulista - CNPJ 52.942.380/0001-87

PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais | Leis

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Rio Branco, 86 – Centro – Cep. 14730-000 – Monte Azul Paulista/SP

Lei nº 2.262 de 20 de outubro de 2020.

"Estima a receita e fixa a despesa do Município de Monte Azul Paulista para o exercício de 2021".

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS, Prefeito em exercício do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Monte Azul Paulista, aprovou, e ele promulga e sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º. O orçamento do Município de Monte Azul Paulista para o exercício de **2021**, estima a Receita e fixa a Despesa em R$ **80.500.000,00**(***Oitenta milhões e quinhentos mil reais)*** sendo:

I - Orçamento Fiscal em R$ **60.797.460,00** (***Sessenta milhões, setecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e sessenta reais***);

II - Orçamento da Seguridade Social em R$ **19.702.540,00**(***Dezenove milhões, setecentos e dois mil, quinhentos e quarenta reais***);

Artigo 2º. A receita será arrecadada na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta Lei, observando o seguinte desdobramento:

I - Administração Direta:

RECEITAS CORRENTES		
Receita Tributária	R$.	14.759.410,00
Receita de Contribuições	R$	1.450.000,00
Receita Patrimonial	R$.	137.640,00
Receita de Serviços	R$.	5.534.500,00
Transferências Correntes	R$.	60.069.900,00
Outras Receitas Correntes	R$.	1.694.000,00
Total	**R$**	**83.645.450,00**
RECEITAS DE CAPITAL	R$.	5.126.750,00
TOTAL DA RECEITA BRUTA	**R$.**	**88.772.200,00**
(-) Deduções para Formação do FUNDEB	R$.	8.272.200,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	**R$.**	**80.500.000,00**

Artigo 3º. A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros integrantes desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

I - Por Funções de Governo

01	Legislativa	1.800.000,00
04	Administração	8.867.000,00
06	Segurança Pública	3.087.000,00
08	Assistência Social	2.679.540,00
09	Previdência Social	360.000,00
10	Saúde	16.663.000,00
12	Educação	21.281.710,00
13	Cultura	1.471.000,00
15	Urbanismo	13.267.750,00
17	Saneamento	7.085.000,00
18	Gestão Ambiental	361.000,00
19	Ciência e Tecnologia	140.000,00
20	Agricultura	639.000,00
23	Comércio e Serviços	10.000,00
26	Transporte	393.000,00
27	Desporto e Lazer	545.000,00
28	Encargos Especiais	1.650.000,00
99	Reserva de Contingência	200.000,00
	Total	**80.500.000,00**

II - Por Órgão da Administração

0101	Corpo Legislativo	1.020.000,00
0102	Secretaria da Câmara Municipal	780.000,00
0201	Secretaria de Governo	2.943.000,00
0202	Secretaria de Administração e Finanças	5.337.000,00
0203	Secretaria de Educação	21.281.710,00
0204	Secretaria de Cultura e Turismo	1.481.000,00
0205	Secretaria de Saúde	16.663.000,00
0206	Secretaria de Agricultura	639.000,00
0207	Secretaria de Assistência Social	2.491.540,00
0208	Secretaria de Obras e Urbanismo	14.021.750,00
0209	Secretaria de Esportes e Lazer	545.000,00
0210	Secretaria Mun. de Segurança e Transito	3.087.000,00
0211	Secretaria de Negócios Jurídicos	2.785.000,00
0212	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	140.000,00
0213	Reserva Contingência	200.000,00
0301	Secretaria do SAEMAP	7.085.000,00
Total		**80.500.000,00**

Artigo 4º. A fim de possibilitar a execução das atividades e projetos orçados, fica autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares as dotações orçamentárias, por ato do Executivo ou da autoridade competente, nos termos do art.43 e seus Parágrafos, da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, de acordo com o Parágrafo seguinte.

Parágrafo 1º - Os créditos suplementares autorizados por este artigo ficam limitados:

I - quando necessário ao efetivo atendimento das metas e dos objetivos programados, a **10%** (**dez por cento**) da despesa fixada para o exercício;

II – na aplicação da reserva de contingência, até o limite da dotação consignada, na conformidade da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III – até o limite dos recursos vinculados através das disposições legais, convênios e obrigações assemelhadas, na forma do § 2º do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, considerando os seus superávits financeiros e prováveis excesso de arrecadação;

IV – na utilização de recursos de operações de crédito com finalidade e objeto específicos, até o montante efetivamente liberado;

V – até o limite necessário ao reforço de dotações cujos programas, projetos e atividades venham a ser alterados no decorrer de sua execução;

VI – até o limite necessário ao pagamento de precatórios no atendimento das instruções do Tribunal de Justiça;

VII – até o limite dos valores que se fizerem necessários para o atendimento das despesas de pessoal e encargos sociais,

Parágrafo 2º - Executado o disposto no Parágrafo anterior, à transposição, remanejamento e a transferência de dotações orçamentárias serão permitidas por ato do Executivo quando executadas na mesma categoria de programação.

Artigo 5º. Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Monte Azul Paulista, 20 de outubro de 2020.

Marcelo Otaviano dos Santos
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no expediente da Secretaria da Prefeitura do Município de Monte Azul Paulista – SP, em 20 de outubro de 2020.

Carlos Eduardo Pereira de Souza
Agente Administrativo II

Decretos

DECRETO Nº 3.474, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020.

Institui o Comitê Gestor Municipal do Programa Criança Feliz e dá outras providências.

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Monte Azul Paulista, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1° - Fica instituído o Comitê do Programa Criança Feliz, de caráter intersetorial, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida, em consonância com a Lei n° 13.257 de 8 de março de 2016.

Parágrafo Único - Considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros seis anos completos ou setenta e dois meses de vida da criança.

Art. 2º O Programa Criança Feliz atenderá gestantes, crianças de até seis anos e suas famílias, e priorizará:

I - Gestantes, crianças de até três anos inseridas no Cadastro Único da Assistência Social.

II - Crianças de até seis anos e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada; e

III - Crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas famílias.

Art. 3º O Programa Criança Feliz tem como objetivos:

I - Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;

II - Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;

III - Colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;

IV - Mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem; e

V - Integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias.

Art. 4º O Programa Criança Feliz será implementado a partir da articulação entre as políticas de assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos, direitos das crianças e dos adolescentes, entre outras.

Parágrafo único. O Programa Criança Feliz no município de Monte Azul Paulista será coordenado pela Secretaria Municipal de Promoção Social.

Art. 5º Fica instituído o Comitê Gestor do Programa Criança Feliz, no âmbito da Assistência Social, com a atribuição de planejar e articular os componentes do Programa Criança Feliz.

Parágrafo 1° - O Comitê Gestor será composto por representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos:

I – Secretaria Municipal de Promoção Social, que coordenará:

II – Representantes da Segurança Pública no Município:

III – Secretaria Municipal da Educação:

IV – Secretaria Municipal da Cultura:

V – Representantes do Conselho Tutelar:

VI – Representante Conselho Municipal de Assistência Social:

Representantes da Secretaria Municipal de Promoção Social

Titular: Júlio Cesar dos Santos

Suplente: Vanessa Aparecida P. Barbosa

Titular: Reginaldo Pereira da Silva

Suplente: Elaine Soares Andrade

Representantes da Segurança Pública no Município:

Titular: Heber Robson Prioli

Suplente: Paulo Alves de Melo

Representantes da Secretaria Municipal da Educação

Titular: Regina Helena Del' Arco

Suplente: Ana Lucia Garcia Ferreira Degani

Representantes da Secretaria Municipal da Cultura

Titular: Ana Maria Fonzar Plaza

Suplente: Cleonira Aparecida da Silveira Bicudo

Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Liliam Geraldes Rocha Massocato

Suplente: Caroline B. Fogari

Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social

Titular: Clauber Valentin Lindolfo

Suplente: Odette Poli Novas Arroyo

Parágrafo 2° - Poderão ser convidados a participar das atividades do Comitê Gestor representantes de outras instâncias, órgãos e entidades envolvidas com o tema.

Parágrafo 3° - A Secretaria-Executiva do Comitê Gestor será exercida pela Secretaria Municipal de Promoção Social, que prestará o administrativo e providenciará os meios necessários à execução de suas atividades.

Parágrafo 4° - A participação dos representantes do Comitê Gestor será considerada prestação de serviço público

relevante, não remunerada.

Art. 6° - As ações do Programa Criança Feliz serão executadas de forma descentralizada e integrada, por meio da conjugação de esforços entre União, Estado e o Município, observada a intersetorialidade, as especificidades das políticas públicas setoriais, a participação da sociedade civil e o controle social.

Art. 7° - Para a execução do Programa Criança Feliz poderão ser firmadas parcerias com órgãos e entidades públicas ou privadas.

Art. 8° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista, em 16 de outubro de 2020.

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS

Prefeito do Município